



## Réu preside uma Assembleia

O fato de José Riva, PSD, alternar, há 18 anos, a presidência com a primeira-secretária da Assembleia Legislativa, do Estado de Mato Grosso, sendo réu em mais de 100 processos na Justiça, a maioria dos quais por improbidade administrativa e danos ao erário, denuncia o estágio a que chegou a impunidade no Brasil. O suspeito, de ter participado do desvio de R\$ 65,2 milhões dos cofres de seu Estado, entre 1990 a 2000, continua impune a chefiar um dos Poderes do Estado.

A situação é tão escandalosa que o corregedor-geral do Conselho Nacional de Justiça - CNJ -, Francisco Falcão, determinou, por ofício, ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso - TJ-MT - que lhe desse informações sobre as ações que tramitam contra Riva, em primeira e segunda instâncias. O TJ informa que já forneceu ao ministro Falcão os números dos processos, o local de tramitação, o magistrado responsável, a data do ajuizamento da ação e sua última movimentação. De posse das informações, Falcão terá condições de avaliar a conduta dos juízes em ações contra o parlamentar, e dar, ao Conselho Nacional de Justiça, informações para decidir sobre a instauração de procedimentos administrativos contra aqueles que, eventualmente, tenham protelado decisões para beneficiar o deputado. Mas, o que se sabe sobre o assunto, de qualquer forma, é, suficientemente, grave para permitir avaliar a importância da atitude a ser tomada pelo CNJ.

O Ministério Público - MP - pediu o ressarcimento ao erário estadual de R\$ 2,6 milhões, que teriam sido desviados por Riva, pelo ex-secretário da Assembleia Legislativa, Humberto Bosaipo, e por mais oito réus. Em janeiro último, o juiz substituto da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular de Cuiabá, Marcos Faleiros da Silva, determinou a indisponibilidade de todos os imóveis e veículos em nome dos réus. Mas, o processo foi suspenso enquanto se julga exceção de suspeição no Tribunal. Ainda assim, o juiz decidiu pela indisponibilidade dos bens dos réus, com base em entendimento, do Superior Tribunal de Justiça - STJ -, de que suspensões não podem prejudicar

atos urgentes para evitar dano irreparável, situação verificada nos autos, na opinião do magistrado, que, por isso, bloqueou todos os valores encontrados nas contas bancárias e aplicações financeiras dos réus.

A investigação começou em 2003, quando documentos, encaminhados à Justiça Federal, mostraram que mais de R\$ 65 milhões da Assembleia Legislativa haviam circulado por contas da empresa, de factoring, de propriedade do bicheiro João Arcanjo Ribeiro, preso na penitenciária federal de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. O MP acusa Riva e Bosaipo de recorrerem à factoring para pegar dinheiro emprestado com o objetivo de pagar de despesas pessoais ou decorrentes de campanhas eleitorais. E, em troca, para garantir a quitação dos empréstimos, entregavam cheques emitidos contra a conta corrente da Assembleia Legislativa, como se elas fossem fornecedoras deles.

Esse caso faz parte de um conjunto de mais de 100 processos que elevam a suspeita de desvios de R\$ 65,2 milhões. A tramitação deles seguiu em ritmo, absurdamente, lento até 2010, quando o CNJ aposentou, compulsoriamente, dez magistrados envolvidos num escândalo de desvio de recursos para a maçonaria. Com a decisão, o deputado perdeu uma das bases de influência no Poder Judiciário.

O pedido de informações do corregedor Nacional de Justiça coincidiu com voto emitido pela desembargadora Maria Erotildes Kneip Baranjak, da Terceira Câmara Cível do TJ-MT, determinando o afastamento de Riva de quaisquer funções administrativas na Assembleia Legislativa.

O Ministério Público, também, apresentou parecer pelo afastamento dele da chefia do Poder Legislativo Estadual, com base em informações relatadas na ação. Mas, a decisão final sobre esse processo foi adiada, por causa de um pedido de vistas do processo pelo desembargador Sebastião Farias. Agora, é esperar que, o pedido de informações do corregedor, o voto da desembargadora e o parecer do MP, acabem com essa absurda impunidade.

**Este texto é do Estadão, edição de sábado passado.**